



Ano I Nº 288
11 de Julho de 2008
Índice

Sindicatos alertas diante de ameaças na OMC	01
CNM/CUT recebe visita de delegação da CFDT	02
Organização no Local de Trabalho é tema de seminário	03
Protestos marcaram Reunião do G-8	04

INTERNACIONAL

Sindicatos alertas diante de ameaças na OMC

É provável que o diretor geral da OMC, Pascal Lamy, apresente nesta semana um novo texto para negociação de um acordo sobre o NAMA, o Acesso aos Mercados de Produtos Não-Agrícolas.

É esse acordo sobre o NAMA que pode representar o maior ameaça para nossos empregos metalúrgicos – o acordo deverá regulamentar as baixas nas tarifas aduaneiras dos produtos industrializados e poderá expor os produtos que fabricamos à competição com produtos importados e também os produtos que exportamos, por exemplo, para a América do Sul.



Existe uma grande pressão dos Estados Unidos e da União Européia sobre os países em desenvolvimento para que eles façam concessões em suas tarifas aduaneiras e abram seus mercados. Pascal Lamy acompanha essas pressões, tratando de reduzir as diferenças entre os negociadores.

Lamy marcou para 21 de julho próximo uma reunião para tentar encontrar uma saída para a Rodada de Doha da OMC que está presa num atoleiro diante da inflexibilidade dos países ricos de concederem abertura para seus mercados agrícolas e pressionarem fortemente por concessões para os serviços e os produtos industriais. É uma prova da incoerência desses países já que a Rodada de Doha da OMC foi convocada, com grandes manifestações de otimismo, para promover o Desenvolvimento. A mesquinha dos países ricos já deixou no esquecimento essas boas intenções.

No começo de junho, quando da suspensão das negociações sobre o NAMA, foi formado o G-12 com a presença de negociadores dos Estados Unidos, União Européia, Canadá, Austrália, Japão, Índia, Malásia, México, Brasil, China, África do Sul e do Paquistão. As reuniões se realizaram por duas semanas e nelas o Brasil teve um papel destacado na defesa da manutenção do Mercosul como União Aduaneira diante da forte oposição dos Estados Unidos (o Itamaraty contou com o apoio da África do Sul que defendia o SACU). Além disso, os países em industrialização defenderam as chamadas “flexibilidades” para o NAMA – formulas que trazem condições para os países defenderem suas industrias. Essas negociações deram pouco resultado.

Os países ricos querem conseguir um ponto final para a Rodada de Doha no próximo dia 21 de julho – esperam obter fortes concessões para as tarifas do setor industrial, abertura dos mercados de serviços e manter seus fechados mercados agrícolas fortemente subsidiados.

É pouco provável que isso aconteça, mas os sindicatos estão alertas para o desenvolvimento das negociações. Estão sendo planejadas manifestações, encontro com ministros de Relações Exteriores em cada país e a viagem de uma grande delegação sindical à Genebra, onde se desenrolarão as negociações.

CNM/CUT recebe visita de delegação da CFDT

Delegação da Confederação Francesa Democrática do Trabalho reuniu-se com o vice-presidente da CNM/CUT, Marino Vani. Depois, participaram da entrega da Pauta Nacional Unificada em ato que reuniu mais de 2 mil metalúrgicos em SP

Mayara Baggio



Marino Vani conversa com trabalhadores franceses na tarde de quinta-feira (10), em SP

Com o propósito de retomar relações históricas e intensificar a construção da solidariedade internacional, a CNM/CUT recebeu na última quinta-feira (10) em São Paulo, a visita de metalúrgicos da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT).

A delegação que apoiou os trabalhadores brasileiros nos anos 80, inclusive, para a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, luta agora para romper a tendência protecionista dos trabalhadores franceses, o que segundo Anousheh Karvar, secretária Nacional de Política Internacional é uma das barreiras para a implementação da solidariedade com os outros países.

Uma apresentação institucional, feita por Marino Vani, vice-presidente da CNM/CUT abriu a reunião. Marino expôs alguns índices importantes sobre as condições de vida no Brasil e ressaltou o aprofundamento do projeto neoliberal no Brasil da década de 90, que diminuiu em 50% o número de postos de trabalho no ramo metalúrgico. "Agora com o governo Lula, há um incentivo às indústrias de biocombustíveis e a capacidade produtiva da siderurgia está atingindo quase 100%", afirma.

O vice-presidente da CNM/CUT relatou as mudanças no setor metalúrgico, quando trabalhadores foram beneficiados com um crescimento de 511 mil postos de trabalho entre 2003 e 2007. Mesmo com os avanços, ainda há diferenças regionais bastante acentuadas.

Os franceses também conheceram melhor a proposta de estrutura organizativa da CNM/CUT, na qual cada nível negocia contratos para sua base de representação, melhorando ou completando os acordos coletivos mais gerais. Isto resulta na exigência da organização no local de trabalho, pois sem ela não haveria a construção de acordos nacionais e tão pouco internacionais. Para isso, é fundamentalmente estratégica a troca de informações entre as entidades e o conhecimento das empresas transnacionais.

"Conhecer o local de trabalho e a troca de experiências possibilita definir a organização para que se abra espaços de negociação com o capital", reforçou Anousheh Karvar.

Ao final da reunião, a delegação francesa participou do ato de entrega da Pauta Nacional Unificada nas sedes da ANFAVEA/SINFAVEA e Sindipeças, promovida pela CNM/CUT em parceria com a FEM/CUT-SP, que reuniu mais de 2 mil metalúrgicos na Zona Sul de São Paulo. (Mayara Baggio e Flávia Nozue - *Imprensa CNM/CUT*)

[Leia aqui mais informações sobre a manifestação na Fiesp](#)



Organização no Local de Trabalho é tema de seminário

De 15 a 17 de julho, a CUT em parceria com a CGIL (Confederazione Generale Italiana Del Lavoro) realiza em São Paulo o Seminário "Organização Sindical - Avançar rumo à Liberdade e Autonomia e Organização no Local de trabalho/OLT".

O seminário objetiva aprofundar a reflexão sobre o princípio da liberdade e autonomia sindical visando atualizar a estratégia e encaminhar ações concretas para a consolidação do projeto sindical CUTista a partir da organização nos locais de trabalho.



"Temos que aproveitar o momento de reconhecimento das centrais sindicais, conscientes de que este é um primeiro passo para a mudança da estrutura sindical brasileira e continuarmos a luta para que esta mudança continue principalmente, no que diz respeito à democratização das relações de trabalho, à assinatura e ratificação pelo Brasil de várias Convenções importantes da OIT e ao debate sobre liberdade sindical a partir do local de trabalho", diz Artur Henrique, presidente nacional da CUT.

A parceria com a CGIL, central sindical da Itália - país que desde a década de 1940 tem a Convenção 87 da OIT ratificada, bem como a participação de entidades convidadas como a própria OIT e a CSA (Confederação Sindical das Américas), valorizam ainda mais o debate. No caso da CGIL, que é uma entidade que acompanha a história da organização dos trabalhadores no Brasil, tanto da CUT quanto do Partido dos Trabalhadores, a apresentação de suas experiências de organização sindical, de negociação coletiva contribuirá para o avanço das discussões na CUT.

A atividade integra as ações de 25 Anos da Central Única dos Trabalhadores e marca a reafirmação da luta pela democracia, liberdade e autonomia sindical dentro do novo contexto político, de crescimento econômico e de reorganização do movimento sindical que apontam para novos desafios e definições de estratégias de enfrentamento para o próximo período.

"O mundo do trabalho sofreu diversas mudanças. Hoje temos variadas formas de contratação no mesmo local de trabalho - terceirizados, temporários, CLTistas - e ao mesmo tempo, um momento político onde temos o reconhecimento das centrais sindicais no Brasil", relata Denise Motta Dau, secretária nacional de Organização da CUT. "No campo macro conseguimos o reconhecimento jurídico e legal, como uma figura que negocia em nome da classe trabalhadora questões de interesse geral. Porém, do ponto de vista de uma democratização da estrutura sindical brasileira nos moldes que a CUT historicamente defende, onde a organização no local de trabalho é um ponto estratégico, ainda temos um grande distanciamento", aponta a secretária.

Para Denise, algumas questões merecem destaque no Seminário: Nos dias de hoje, qual é o desenho de OLT que a CUT quer? Neste momento em que a CUT completa 25 anos de vida, qual é o papel que a OLT desempenha para a CUT? Uma organização sindical que visa negociar em nome dos trabalhadores no local de trabalho temas específicos deve estar vinculada ao sindicato ou pode ser uma organização independente do sindicato onde os trabalhadores autonomamente no seu local de trabalho se organizam para ter essa representação? "A CUT persegue o direito de organização no local de trabalho, sendo que em alguns ramos de atividade, principalmente nos maiores sindicatos, esse direito foi conquistado. Porém, atualizar o desenho e o papel da organização no local de trabalho, repensar a estratégia cutista de mobilizar, organizar, articular os trabalhadores e as trabalhadoras a partir do local de trabalho são desafios deste seminário", afirma.

"As mudanças são visíveis em todos os setores. Exemplo disso é que neste atual cenário há uma retomada das greves, inclusive na iniciativa privada, onde durante muitos anos quase não existiam, e de um ano e meio pra cá, tivemos mais trabalhadores em greve na iniciativa privada do que no serviço público" destaca Quintino Severo, secretário geral nacional da CUT. "Portanto, isso demonstra um cenário de mobilização de trabalhadores, de participação muito maior da classe trabalhadora em função da conjuntura econômica e das condições de crescimento que o Brasil apresenta. É um momento favorável para a ampliação de conquistas, para ratificação da Convenção 87 da OIT, que constrói o caminho para a liberdade e autonomia sindical, da livre organização dos trabalhadores", declara.

Protestos marcaram Reunião do G-8



Grupo dos Oito brinca enquanto o mundo pega fogo

Resultado da reunião "foi outra traição aos pobres e aos cidadãos dos países do Grupo dos Oito", denunciou Kumi Naidoo, do Chamado Mundial de Ação Contra a Pobreza. Segundo ele, o resultado mostra uma falta de compreensão sobre as causas profundas da fome e do desespero de muitos países. Líderes dos países mais ricos não tomaram nenhuma decisão concreta sobre crise alimentar mundial.

Ramesh Jaura (IPS)

Os chefes de Estado e de governo dos oitos países mais poderosos do mundo encerraram sua cúpula de três dias com grande satisfação, enquanto organizações não-governamentais expressaram sua profunda desilusão, para além dos avanços parciais. Antes do encerramento da reunião, ontem, ativistas presentes à localidade japonesa de Toyako haviam manifestado sua concordância com as declarações que os líderes se preparavam para aprovar sobre o desenvolvimento da África, a segurança alimentar e a corrupção.

Mas, globalmente, o resultado da reunião "foi outra traição aos pobres e aos cidadãos dos países do Grupo dos Oito", disse à IPS Kumi Naidoo, co-presidente do Chamado Mundial de Ação Contra a Pobreza (GCAP). "O resultado mostra uma falta de compreensão sobre as causas profundas da fome e do desespero de muitos países. Esperamos que os cidadãos do G-8 pressionem mais seus líderes. O planeta pega fogo enquanto o G-8 brinca", acrescentou Naidoo.

Representantes do GCAP naturais de 10 países que observaram a cúpula estão, segundo o ativista, profundamente preocupados com a falta de contato dos líderes do G-8 com a realidade nas questões relativas ao fim da pobreza. O GCAP é uma aliança de sindicatos, organizações da sociedade civil, grupos religiosos, femininos e juvenis, com sede em mais de 100 países. A rede exige que os líderes cumpram sua promessa de acabar com a pobreza e a desigualdade. >>>>>>>>

“A falta de discussões reais sobre biocombustíveis em relação ao preço dos alimentos é horripilante. As referências a saúde, educação e água não estão, infelizmente, apoiadas por recursos adequados e metas com prazos fixos”, afirmou Naidoo. Enquanto o G-8 “atende apenas da boca para fora os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, seu compromisso real sugere que se fracassará na tentativa de cumprir estas metas no prazo estabelecido, até 2015, segundo o ativista.

Os Objetivos, adotados pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 2000, propõem em primeiro lugar reduzir pela metade a proporção da população mundial que sofre pobreza extrema e fome no mundo até 2015, bem como alcançar uma cobertura completa de educação primária em todo o planeta. Promover a igualdade de gênero e a condição da mulher, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/Aids, malária e outras doenças graves, assegurar a sustentabilidade ambiental e criar uma aliança global do Norte e do Sul a favor do desenvolvimento são outras metas.

Em sua declaração sobre Desenvolvimento e África, o G-8 disse que, “embora se tenha obtido avanços, persistem desafios importantes. Renovamos nosso compromisso com essas metas, fortalecendo nossos esforços e nossa aliança com as nações em desenvolvimento, baseados na responsabilidade recíproca”. O diretor da Campanha do Milênio da ONU, Minar Pimple, disse: “A reafirmação do compromisso com os objetivos é um sinal positivo, mas os recursos financeiros sobre a mesa são muito menores do que o necessário para os alcançarmos até 2015”. O GCAP considerou que o G-8 limitou-se a reiterar suas promessas anteriores, apesar de o “mundo ter mudado para pior desde 2005”.

O encarecimento dos alimentos, estimado entre 30% e 45%, teve um efeito devastador, especialmente sobre mulheres e crianças que tentam sobreviver com menos de um dólar por dia, segundo o GCAP. Milhões de pessoas são empurradas para a pobreza. O representante japonês do GCAP em Toyako, Tatsuo Hayashi, disse que esperava uma liderança maior de seu país, na qualidade de anfitrião da cúpula. “O povo japonês queria mais ações contra a pobreza, por isso há muito desânimo aqui”, acrescentou.

Estas expressões contrastam com os aplausos ao primeiro-ministro do Japão, Yasuo Fukuda, no início desta semana por sua “liderança, compromisso e sensibilidade”, como disse um dos participantes da conferência. O GCAP mostrou sua aprovação ao compromisso de US\$ 10 bilhões como contribuição do G-8 para enfrentar a crise alimentar mundial, mas alertou que se trata de uma resposta tímida “que não ataca as causas estruturais e de longo prazo”.

“A promoção de ‘mercados agrícolas e alimentares abertos e eficientes’ por parte do G-8 negou aos pobres a possibilidade de alimentarem a si mesmos”, disse Joseph Ssuuna, da Associação PELUM, de Uganda, organização que integra o GCAP. “É trágico que o desenvolvimento conduzido pelo mercado, uma das principais causas da atual crise alimentar, seja a solução oferecida pelos líderes do G-8”, lamentou Dian Kartika, do GCAP Indonésia. “Não entendemos o motivo de os líderes do G-8 pretenderem solucionar a crise alimentar com mais mercado livre, pois foi a liberalização dos mercados agrícolas e alimentares que nos levou a isto”, disse Yoshitaka Mashima, do sindicato mundial de agricultores Via Camponesa.



O nosso presidente Lula foi o principal impulsionador do GCAP – Campanha Global de Ação contra a Pobreza, um programa que surgiu como fruto das experiências do programa brasileiro Fome Zero. Lançado no Fórum Social Mundial, em Janeiro de 2005, GCAP apela os governos dos países pobres e ricos à manter a suas promessas e ultrapassar as metas de desenvolvimento